

56

## Heterogeneidade regional

*Miguel Matteo*



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

ipea



56

## Heterogeneidade regional

*Miguel Matteo*



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

ipea

© Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, 2013

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013

Tiragem: 250 exemplares

Matteo, Miguel

Heterogeneidade regional / Miguel Matteo. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2013. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 56)

30p.

ISSN: 2179-5495

1. Heterogeneidade regional - Brasil 2. Produtividade 3. Capacidades tecnológicas I. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. CEPAL II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA III. Título

CDD:338.09

Este trabalho foi realizado no âmbito do Acordo CEPAL-IPEA.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da CEPAL e do IPEA.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

A presente publicação encontra-se disponível para download em <http://www.cepal.org/brasil>

# Sumário

APRESENTAÇÃO	
INTRODUÇÃO .....	7
1 ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	8
2 ESTRUTURA DAS REGIÕES BRASILEIRAS .....	9
3 PRODUTIVIDADE EM 2008.....	16
4 PRODUTIVIDADE NO PERÍODO 1996-2008 .....	19
CONCLUSÃO .....	26
REFERÊNCIA.....	29



# APRESENTAÇÃO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mantêm atividades conjuntas desde 1971, abrangendo vários aspectos do estudo do desenvolvimento econômico e social do Brasil, da América Latina e do Caribe. A partir de 2010, os Textos para Discussão Cepal–Ipea passaram a constituir instrumento de divulgação dos trabalhos realizados entre as duas instituições.

Os textos divulgados por meio desta série são parte do Programa de Trabalho acordado anualmente entre a Cepal e o Ipea. Foram publicados aqui os trabalhos considerados, após análise pelas diretorias de ambas as instituições, de maior relevância e qualidade, cujos resultados merecem divulgação mais ampla.

O Escritório da Cepal no Brasil e o Ipea acreditam que, ao difundir os resultados de suas atividades conjuntas, estão contribuindo para socializar o conhecimento nas diversas áreas cobertas por seus respectivos mandatos. Os textos publicados foram produzidos por técnicos das instituições, autores convidados e consultores externos, cujas recomendações de política não refletem necessariamente as posições institucionais da Cepal ou do Ipea.



# HETEROGENEIDADE REGIONAL

Miguel Matteo\*

## INTRODUÇÃO

O conceito de heterogeneidade estrutural (HE), cunhado por Aníbal Pinto, em 1969 (PINTO, 2000) foi o tema do documento central dos 33 períodos de sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em 2010, retomando a noção de diferenciais inter e intrassetoriais de produtividade, que se mantêm ao longo do tempo.

As economias da América Latina se distinguem das dos países desenvolvidos por duas características principais, as assimetrias nas capacidades tecnológicas diante da fronteira internacional e os diferenciais de produtividade que existem entre os setores, no interior dos setores e entre as empresas (CEPAL, 2007).

No entanto, essa diferenciação pode ocorrer (e este é o tema central desta análise) também entre regiões, no interior do país, em que não somente se apresentam produtividades diferentes entre as regiões, como entre o mesmo setor de atividade em regiões distintas. Dessa forma, procura-se trazer um referencial analítico que se aplica à dinâmica da estrutura produtiva para a análise regional, observando-se uma situação de perpetuação no tempo de elevados níveis de disparidades.

Esta análise está composta por esta introdução. Em seguida são apresentados os índices de produtividade das regiões e seus setores de atividade e, finalmente, são feitas algumas considerações à guisa de conclusão.

---

\* Técnico de planejamento e pesquisa e diretor adjunto da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

# 1

## ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS

A ideia de se medir, ainda que parcialmente, a heterogeneidade por meio do diferencial de produtividade, traz em si um problema, que é o de como calculá-la. Utilizar a receita bruta, ou o valor da transformação industrial, por exemplo, superestima a produtividade, na medida em que ficam encobertos todos os contratos de terceirização. Desse modo, uma mesma receita (ou produto) pode ser gerada com menos pessoas ocupadas, elevando a medida de produtividade artificialmente.

A utilização do valor adicionado torna mais adequada a medida de produtividade, uma vez que incorpora no consumo intermediário todos os gastos com contratação de terceiros, despesas com aquisição de patentes, ou pagamento de *royalties*. Como a fórmula de cálculo do valor adicionado é  $VBP - CI$  (em que VBP é o valor bruto da produção, ou a soma de todas as receitas, e CI é o consumo intermediário, ou a soma de todos os custos e despesas, inclusive os que não se referem à produção *stricto sensu*), ele reflete uma estrutura de receitas e custos mais adequada às formas atuais de produção, em que várias funções são terceirizadas.

No caso deste artigo, que trata da heterogeneidade regional, foram buscadas duas bases de informação que dessem conta, inclusive, da parcela informal da economia: para tanto, foi utilizada a base das Contas Regionais do Brasil, de 1996 a 2008 (calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelos institutos estaduais de estatística), que fornece o valor adicionado para cada Unidade da Federação (UF), e confrontá-la com a base de pessoal ocupado fornecida pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads), também para cada UF. Com isso, agrupam-se tanto as parcelas formais quanto as informais da economia.

Ainda com respeito às bases de informação utilizadas, foi necessário um agrupamento de setores de atividade, uma vez que a desagregação de cada base tinha formatos diferentes, o que resultou em cinco grandes setores de atividade: agropecuária, indústria, comércio, serviços e construção. No agrupamento regional, por sua vez, para melhor visualização das informações, as Unidades da Federação foram agrupadas em grandes regiões – utilizando-se a divisão do Brasil feita pelo IBGE.

Duas observações devem ainda ser feitas: no cálculo da produtividade – embora houvesse informações suficientes para sua execução –, foi excluída a Administração Pública, dado seu caráter muito peculiar, uma vez que seu valor adicionado é praticamente o total de salários pagos; a Unidade da Federação, Distrito Federal, foi excluída em algumas análises da Região Centro-Oeste, dadas as características específicas dessa unidade, que apresenta uma conformação completamente diversa da região em que se insere.

## 2

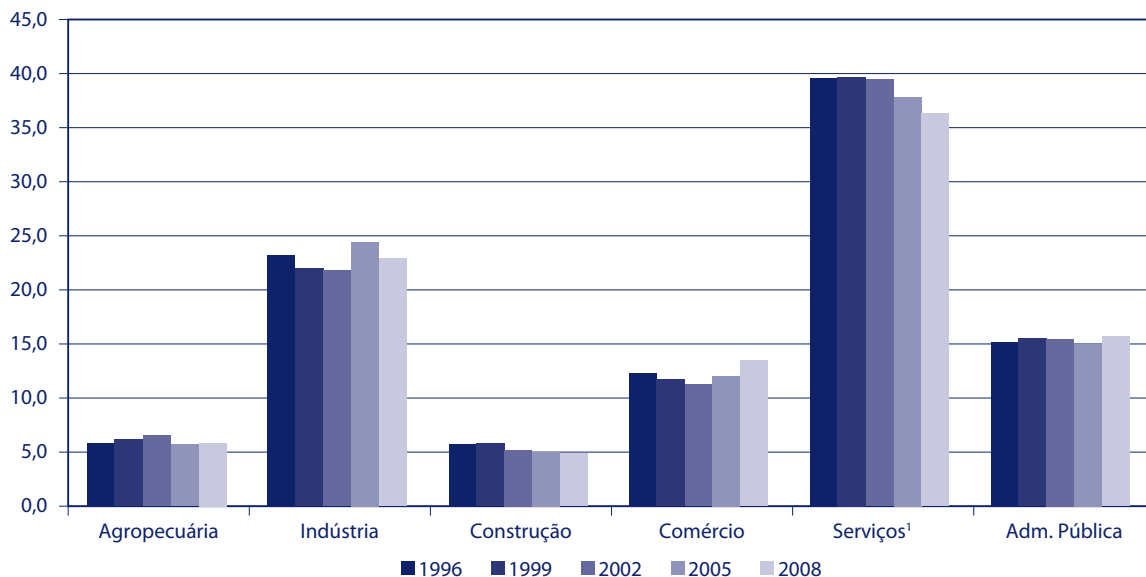
### ESTRUTURA DAS REGIÕES BRASILEIRAS

O Brasil tem grandes diferenças de composição da atividade econômica em suas diversas regiões, o que é facilmente explicável pela sua distribuição irregular no espaço, decorrente de condicionantes históricas, geográficas, culturais, políticas e econômicas. O gráfico 1 mostra que, no Brasil, o setor de serviços (que inclui, nestes gráficos, as instituições financeiras) é o que possui maior valor adicionado, seguido pela indústria, Administração Pública, comércio e, por fim, a agropecuária. Deve-se salientar que o setor de serviços é profundamente heterogêneo, englobando desde serviços domésticos, os prestados às famílias e os prestados às empresas; estes últimos, somados a transportes, telecomunicações e informática, representam cerca de 2/3 do valor adicionado do setor. Nota-se, também, que a estrutura da economia brasileira pouco se altera entre 1996 e 2008, com exceção de uma ligeira perda de participação dos serviços e uma consoante subida do comércio.

A atividade agropecuária pesa, em termos de valor adicionado, relativamente pouco, embora seja de extrema importância para a economia brasileira, responsável por parte considerável dos constantes superávits primários que o país vem obtendo. Isso porque são computadas nesse setor as exportações de produtos *in natura*, o que acrescenta pouco valor. Essa incorporação, por sua vez, ocorre nos produtos já elaborados (como óleo de soja, carnes processadas), que estão classificadas na atividade industrial.

O mesmo fato ocorre com determinadas atividades industriais, que, ao terceirizar parte de suas atividades, transfere valor adicionado ao setor de serviços. Assim, o que é importante notar no gráfico apresentado é a persistência da distribuição das atividades ao longo dos 13 anos de análise.

**Gráfico 1: Distribuição do valor adicionado do Brasil, por setores de atividade econômica (1996-2008)**

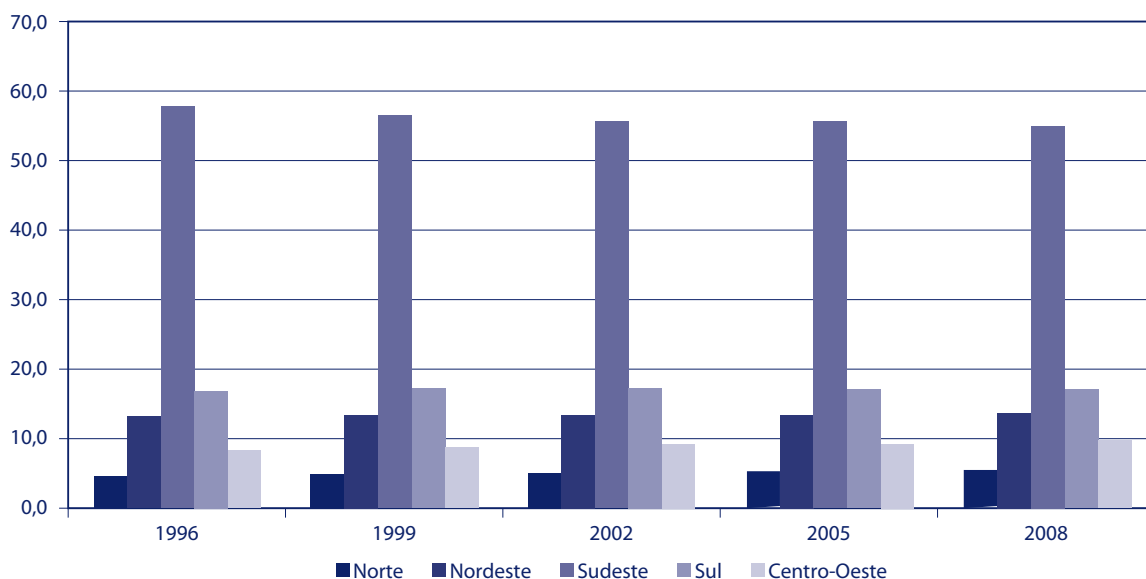


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Contas Regionais (1995-2008).

Nota: <sup>1</sup> inclui instituições financeiras.

O gráfico 2, por sua vez, mostra a distribuição regional da atividade econômica do Brasil, entre 1996 e 2008, e por ele se verifica sua profunda desigualdade. Também é importante verificar que essa desigualdade permanece ao longo do período considerado, havendo pequena perda de participação da Região Sudeste, e um ligeiro crescimento das Regiões Norte e Centro-Oeste.

**Gráfico 2: Distribuição da atividade econômica das regiões brasileiras, em porcentagem (1996-2008)**

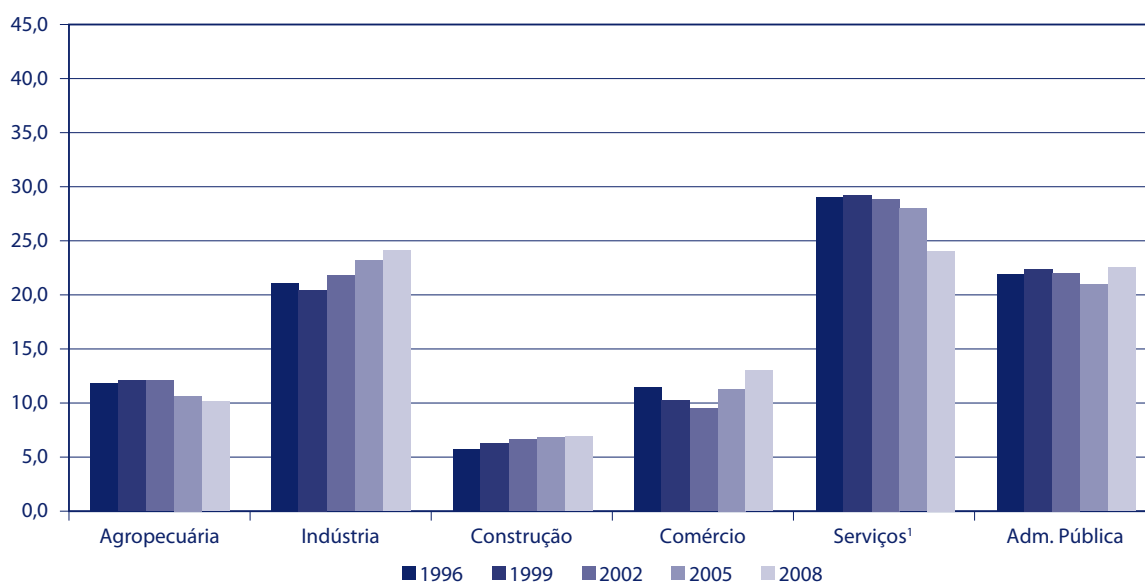


Fonte: IBGE/Contas Regionais (1995-2008).

Se for verdade que uma das faces da heterogeneidade estrutural é representada pela profunda desigualdade regional brasileira, cumpre analisar a distribuição dos setores em cada uma delas, conforme os gráficos 3 a 7, a seguir.

O gráfico 3, que mostra a estrutura econômica da Região Norte, tem grandes diferenças em relação ao total do país, com a indústria ganhando maior relevância (e aquela instalada no distrito industrial de Manaus é a responsável por isso), a agropecuária também (incluído aí a importância da silvicultura) e com a Administração Pública atingindo a maior participação relativa entre as demais regiões. Essa atividade ganha importância relativa nas regiões em que a atividade econômica tem valores modestos, uma vez que sua distribuição obedece à lógica da Administração Pública, que tem como referência as instituições governamentais, e não o mercado.

**Gráfico 3: Distribuição do valor adicionado da Região Norte, por setores de atividade econômica (1996-2008)**

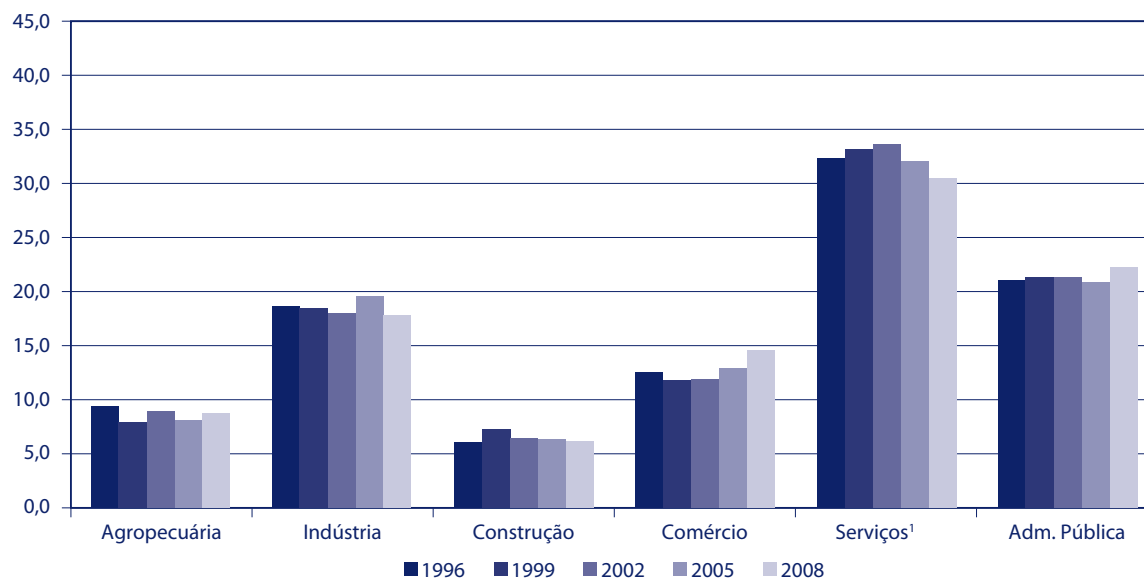


Fonte: IBGE/Contas Regionais (1995-2008).

Nota: ¹ inclui instituições financeiras.

O gráfico 4 mostra a estrutura da Região Nordeste, em que se nota uma preponderância dos serviços e da Administração Pública, e uma pequena participação das demais atividades, que, juntas, atingem menos de 50% do total. É de se ressaltar um incremento, desde 2005, da parcela da atividade do comércio, provavelmente decorrente do aumento de renda na região, a partir de meados dos anos 2000 (aumento do salário-mínimo e incremento da Bolsa Família são dois dos elementos principais que alavancam a atividade comercial na região).

**Gráfico 4: Distribuição do valor adicionado da Região Nordeste, por setores de atividade econômica (1996-2008)**

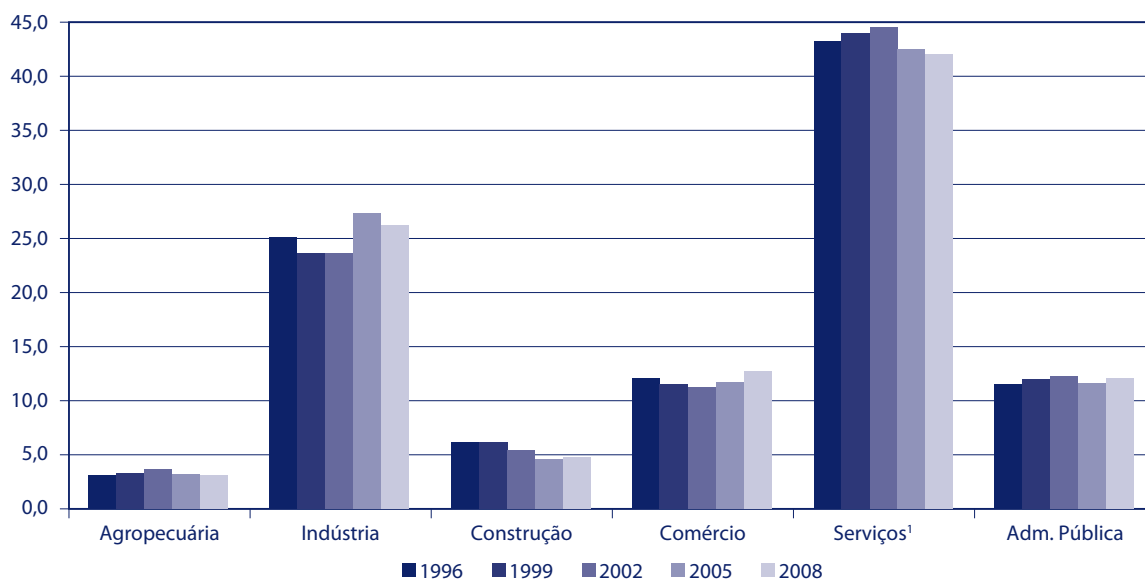


Fonte: IBGE/Contas Regionais (1995-2008).

Nota: 1 inclui instituições financeiras.

O gráfico 5 mostra a estruturação da atividade econômica da Região Sudeste, e por ele verificam-se as profundas diferenças para as outras regiões: há enorme peso dos serviços e da indústria (ambos maiores que a média do país), que se integram e se complementam. Ressalte-se a diminuta participação da atividade agropecuária na região, embora ela seja relevante no total da atividade no país. Também é importante a pequena participação da Administração Pública, se comparada com as Regiões Norte, Nordeste e, sobretudo, Centro-Oeste.

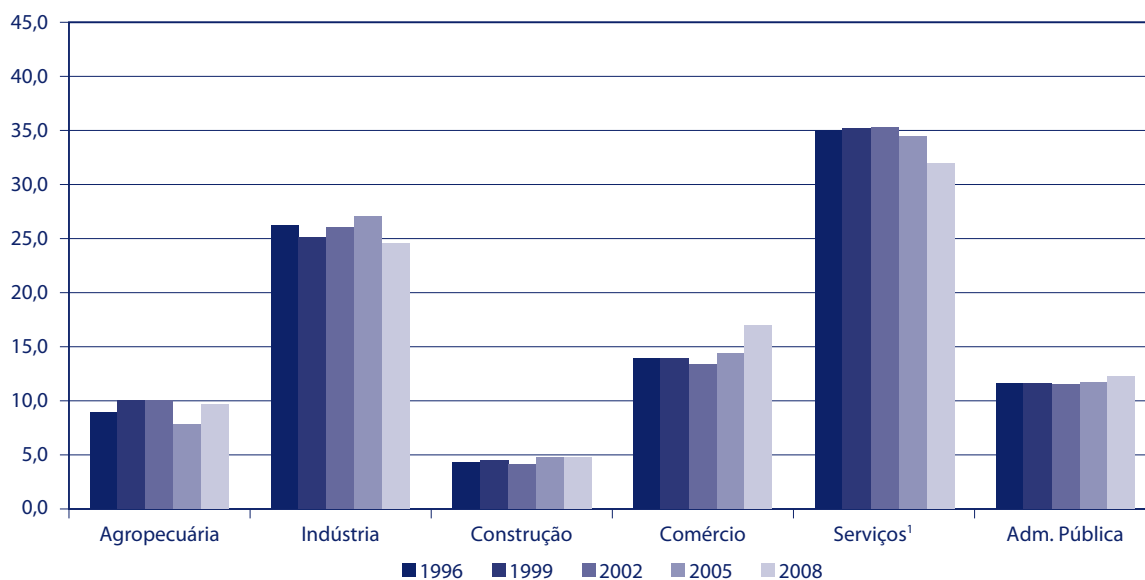
**Gráfico 5: Distribuição do valor adicionado da Região Sudeste, por setores de atividade econômica (1996-2008)**



Fonte: IBGE/Contas Regionais (1995-2008).  
Nota: ¹ inclui instituições financeiras.

Na Região Sul (gráfico 6), a estrutura é semelhante à do Sudeste, mas com maior participação da agropecuária e menor participação nos serviços. Embora a estrutura se mantenha ao longo do tempo, para 2008 há incremento no comércio, em detrimento da participação do setor de serviços.

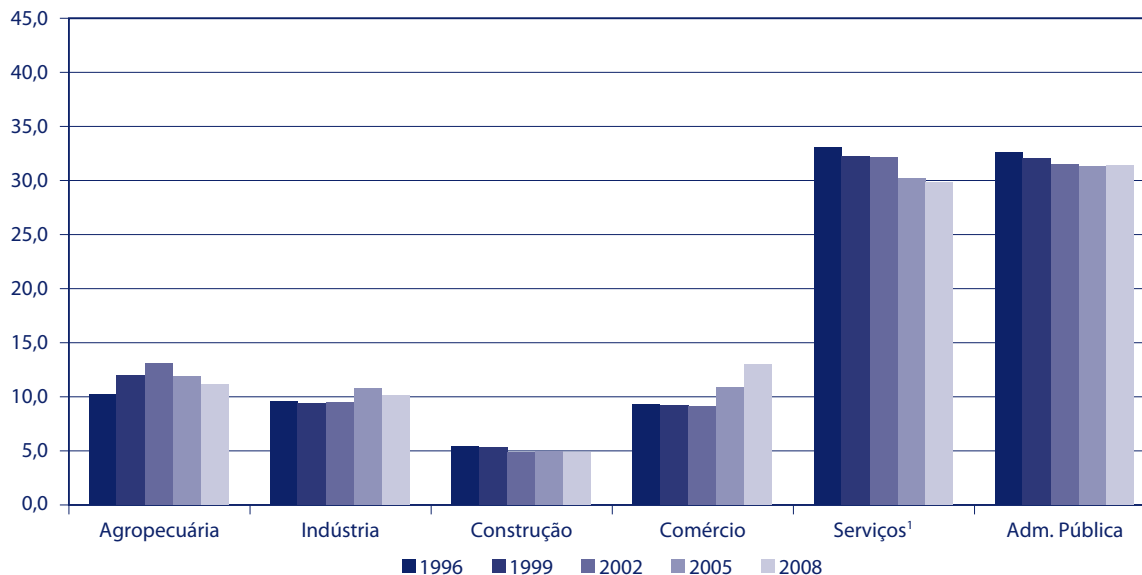
**Gráfico 6: Distribuição do valor adicionado da Região Sul, por setores de atividade econômica (1996-2008)**



Fonte: IBGE/Contas Regionais (1995-2008).  
Nota: ¹ inclui instituições financeiras.

A Região Centro-Oeste (gráfico 7), por sua vez, apresenta uma estruturação muito diferente das demais, com preponderância dos serviços e da Administração Pública (em 2008, aliás, esta tem a maior participação). No entanto, se for retirado da análise o Distrito Federal (e seu peso na Administração Pública), a estrutura muda completamente.

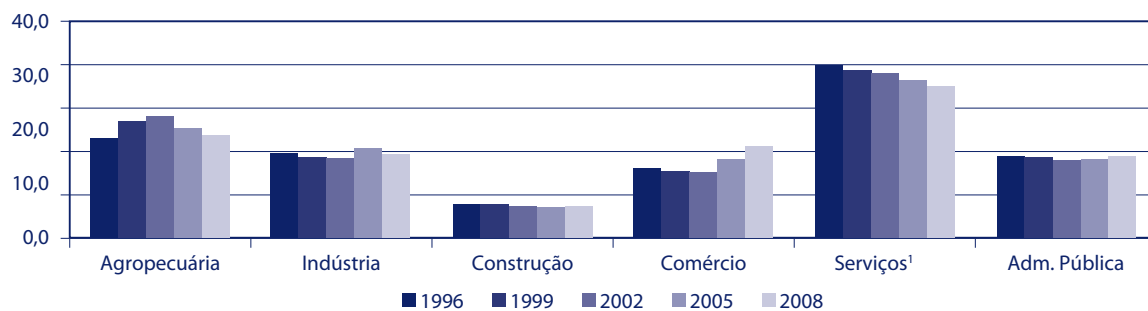
**Gráfico 7: Distribuição do valor adicionado da Região Centro-Oeste, por setores de atividade econômica (1996-2008)**



Fonte: IBGE/Contas Regionais (1995-2008).  
 Nota: <sup>1</sup> inclui instituições financeiras.

O gráfico 7a mostra como seria a estrutura da Região Centro-Oeste sem o Distrito Federal, e a agropecuária ganha importância bem maior, se transformando na segunda maior atividade regional, só perdendo para o setor de serviços. Ressalte-se também aqui o aumento na participação da atividade comercial, que passa, em 2008, à indústria.

**Gráfico 7a: Distribuição do valor adicionado da Região Centro-Oeste, exceto DF, por setores de atividade econômica (1996-2008)**



Fonte: IBGE/Contas Regionais (1995-2008).  
 Nota: ¹ inclui instituições financeiras.

# 3

## PRODUTIVIDADE EM 2008

Se a estrutura econômica das regiões é profundamente desigual, a análise dos índices de produtividade, por setor, nas grandes regiões do Brasil, mostra que ela pode ser ainda maior.

O índice de produtividade aqui exposto é a relação entre o valor adicionado, por cada setor, em cada região, e o pessoal ocupado, nos mesmos setores e regiões. Tal escolha permite que a produtividade seja representada pelo que é efetivamente adicionado em cada setor, uma vez que as novas formas de produção incorporam processos total ou parcialmente terceirizados. O mesmo fato não acontece com um índice de produtividade setorial calculado por meio de sua produção física ou monetária, cujo resultado poderia distorcer as análises.

Para esse cálculo, foram obtidos os dados das Contas Regionais do Brasil, de 1996 a 2008, provenientes do IBGE, mesmo instituto que fornece as informações de pessoal ocupado, obtido das Pnads feitas de 1996 a 2008. Foram feitas agregações setoriais que permitem que se faça a análise sobre o mesmo corte referencial; além disso, optou-se por escolher o valor adicionado total e o pessoal ocupado da Pnad, tendo em vista que eles conseguem cobrir a parte informal da economia, seja por balanceamento das Contas Regionais com as Nacionais, seja pela pesquisa domiciliar da Pnad, que engloba tanto as pessoas ocupadas formalmente como os demais vínculos.

A tabela 1, a seguir, mostra o valor adicionado por cada setor na economia, por grande região brasileira, para o ano de 2008. Por ela, mostra-se que o setor de serviços é o preponderante em quase todas as regiões, à exceção da Centro-Oeste, dada a importância do setor público do Distrito Federal, que faz que a Administração Pública seja a maior atividade nessa Unidade da Federação.

Distribuindo-se regionalmente, pode-se verificar que todos os setores têm maior relevância na Região Sudeste (aproximadamente 55% do total do valor adicionado brasileiro), em especial a indústria e o setor de W serviços (62% e 63%, respectivamente).

**Tabela 1: Valor adicionado, em valores correntes, por setor de atividade econômica, Brasil e grandes regiões (2008)**

(Em milhões de R\$ de 2008)

	Total	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços <sup>1</sup>	Adm. Pública
Norte	135.603	13.606	32.520	9.073	17.453	32.493	30.457
Nordeste	348.337	29.975	62.293	21.543	50.679	106.358	77.489
Sudeste	1.417.563	40.267	370.045	64.466	178.287	594.339	170.158
Sul	433.886	41.282	103.950	19.799	72.031	134.982	51.947
Centro-Oeste	244.721	27.143	24.627	11.669	31.458	72.917	76.907
<b>Brasil</b>	<b>2.580.110</b>	<b>152.273</b>	<b>593.436</b>	<b>126.551</b>	<b>349.908</b>	<b>941.089</b>	<b>406.958</b>

Fonte: IBGE/Contas Regionais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Nota: <sup>1</sup> inclui instituições financeiras.

A distribuição de pessoal ocupado apresenta ainda preponderância do setor de serviços, mas com menor intensidade (tabela 2). A agropecuária é a atividade que mais emprega na Região Nordeste, enquanto a Administração Pública é responsável por pequena parcela do emprego em todas as regiões.

**Tabela 2: Pessoal ocupado, por setor de atividade econômica, Brasil e grandes regiões (2008)**

(Em mil pessoas)

	Total	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços <sup>1</sup>	Adm. Pública
Norte	6.862	1.296	930	575	1.294	1.946	477
Nordeste	24.548	7.565	2.398	1.697	3.982	6.425	1.215
Sudeste	39.398	3.500	7.154	3.059	6.812	12.951	1.721
Sul	14.675	2.700	2.742	1.006	2.520	3.978	639
Centro-Oeste	6.909	1.036	771	576	1.311	2.141	478
<b>Brasil</b>	<b>92.392</b>	<b>16.097</b>	<b>13.995</b>	<b>6.913</b>	<b>15.919</b>	<b>27.441</b>	<b>4.530</b>

Fonte: IBGE/Contas Regionais. Pnad.

Nota: <sup>1</sup> inclui instituições financeiras.

Uma distribuição regional, no entanto, mostra grande concentração do emprego na Região Sudeste do país, embora em proporções pouco menores que no valor adicionado. Ressalte-se que mais de 50% das pessoas ocupadas na indústria brasileira se encontram nessa região.

Quando se apresentam os resultados de produtividade para 2008 (tabela 3), verifica-se que a relação entre a maior produtividade setorial (a da indústria) e a menor (a da agropecuária) é de 4,5 vezes, e essa razão entre a maior e a segunda é de 1,2, o que mostra uma variação bastante larga entre os setores, o que pode ser considerado como decorrente da diversidade de agregação de valor entre os setores.

Olhando-se regionalmente, essa disparidade aumenta ainda mais, para mais e para menos: enquanto a relação indústria/agropecuária no Nordeste é de 6,5; na Região Centro-Oeste, ela é de pouco mais de 1,2. A atividade agrícola de alta produtividade, como a soja e a pecuária extensiva (que ocupa poucos trabalhadores) da Região Centro-Oeste, contrasta com uma atividade agrícola muitas vezes de subsistência da Região Nordeste. Essa heterogeneidade fica mais evidente ainda: enquanto a média do Brasil é de 27,9 mil reais/pessoa ocupada/ano, a do Nordeste é quase a metade disso (14,2).

Essa diferença persiste nos demais setores de atividade, mas deve-se ressaltar a grande diferença no setor de serviços: enquanto a Região Sudeste apresenta uma produtividade de 45,9 mil reais por pessoa ocupada, ela chega a quase 1/3 disso, na Região Nordeste (16,6).

Isso mostra a profunda heterogeneidade na estruturação desse setor, nas várias regiões brasileiras. Na Região Sudeste, com alta intensidade da atividade industrial, os serviços mais dinâmicos estão atrelados a ela e são elementos de aumento da produtividade industrial. Onde essas ligações são mais tênues, o setor de serviços se apoia em atividades ligadas ao consumo das famílias, estruturados em setores por vezes informais e com baixa agregação de valor.<sup>1</sup>

**Tabela 3: Índice de produtividade, por setor de atividade econômica, Brasil e grandes regiões (2008)**

(Em R\$ mil/por ano)

	Total	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços <sup>1</sup>
Norte	19,8	10,5	35,0	15,8	13,5	16,7
Nordeste	14,2	4,0	26,0	12,7	12,7	16,6
Sudeste	36,0	11,5	51,7	21,1	26,2	45,9
Sul	29,6	15,3	37,9	19,7	28,6	33,9
Centro-Oeste	35,4	26,2	31,9	20,3	24,0	34,1
<b>Brasil</b>	<b>27,9</b>	<b>9,5</b>	<b>42,4</b>	<b>18,3</b>	<b>22,0</b>	<b>34,3</b>

Fonte: IBGE/Contas Regionais. Pnad.

Nota: <sup>1</sup> inclui instituições financeiras.

1 Vale lembrar que, no estado de São Paulo, onde essa integração é maior, a produtividade chega a 58,2 mil reais por pessoa ocupada/ano.

## 4

# PRODUTIVIDADE NO PERÍODO 1996-2008

Para que a heterogeneidade seja estrutural, é necessário que ela se mantenha ao longo do tempo. Demonstrar a manutenção desses desníveis de produtividade entre as regiões, ao longo do período analisado (1996-2008), é a função dos gráficos que seguem. Como o que se busca aqui é uma medida da relação entre as produtividades, foi calculada, para cada ano, a produtividade total do Brasil, a qual foi atribuído o índice 100, sendo as demais produtividades regionais calculadas como proporção a este índice, em vez de se calcularem as produtividades absolutas, necessitando-se transformar os valores correntes em constantes a determinado ano. Essa transformação encontra algumas dificuldades, entre elas a inexistência de índices de preços regionalizados, para calcular preços constantes.

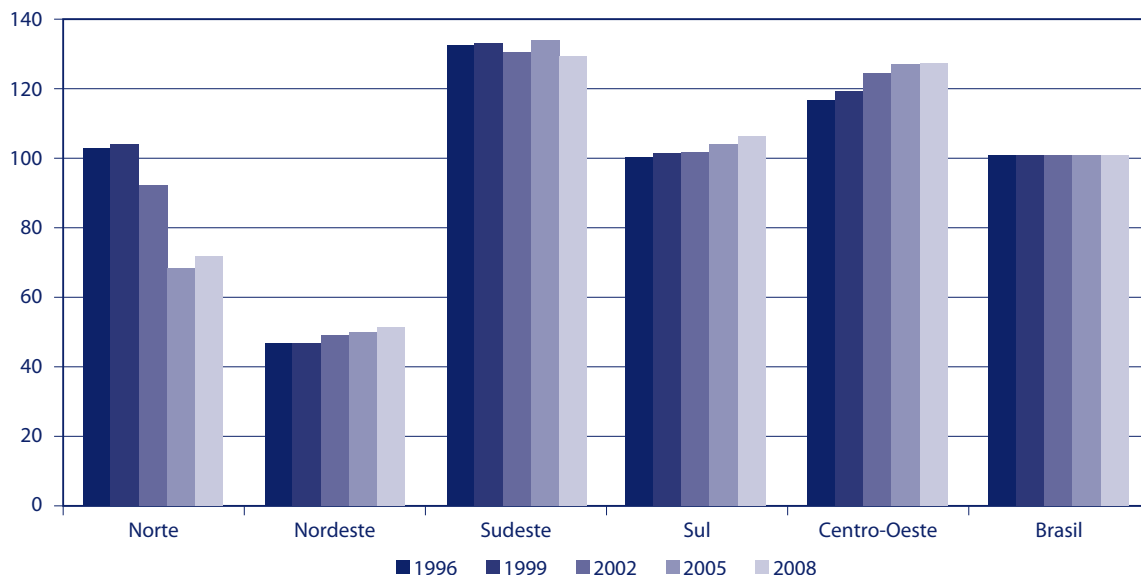
A partir dessas observações, foram construídos os gráficos a seguir. O de número 8 mostra a evolução da produtividade total, entre 1996 e 2008, para o Brasil e suas grandes regiões. Nota-se certa manutenção dos graus de desigualdade, agravado na Região Norte<sup>2</sup> e minorado, ainda que ligeiramente, na Região Nordeste, em relação às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.<sup>3</sup> Os diferenciais de produtividade têm relação, é claro, com os padrões das economias regionais, em que setores muito diferentes, em termos da relação capital-trabalho se localizam nas diversas regiões. Indústrias, como as de refino de petróleo, ou siderúrgicas, por exemplo, possuem produtividades superiores que as de ramos tradicionais da atividade econômica. O que chama a atenção é que a mesma relação de 1/3 da produtividade nordestina em relação à do sudeste se apresenta tanto em 1996 quanto em 2008. Isso sugere que os padrões de produtividade não se alteraram nesse período, sugerindo que a diferença possa ser estrutural.<sup>4</sup>

2 Os dados da Região Norte, em especial os da Pnad, sofreram alguma modificação no período considerado, o que pode ter inflado a produtividade nos períodos anteriores a 2006.

3 Novamente, caso se faça o desmembramento do Distrito Federal, esses padrões da Região Centro-Oeste podem sofrer grandes alterações.

4 Evidentemente seria preciso um período de tempo mais longo para afirmar que ela é estrutural. Com as informações utilizadas, entretanto, fazer esse exercício esbarra em condições desfavoráveis do ponto de vista da consistência das informações disponíveis.

Gráfico 8: Produtividade total

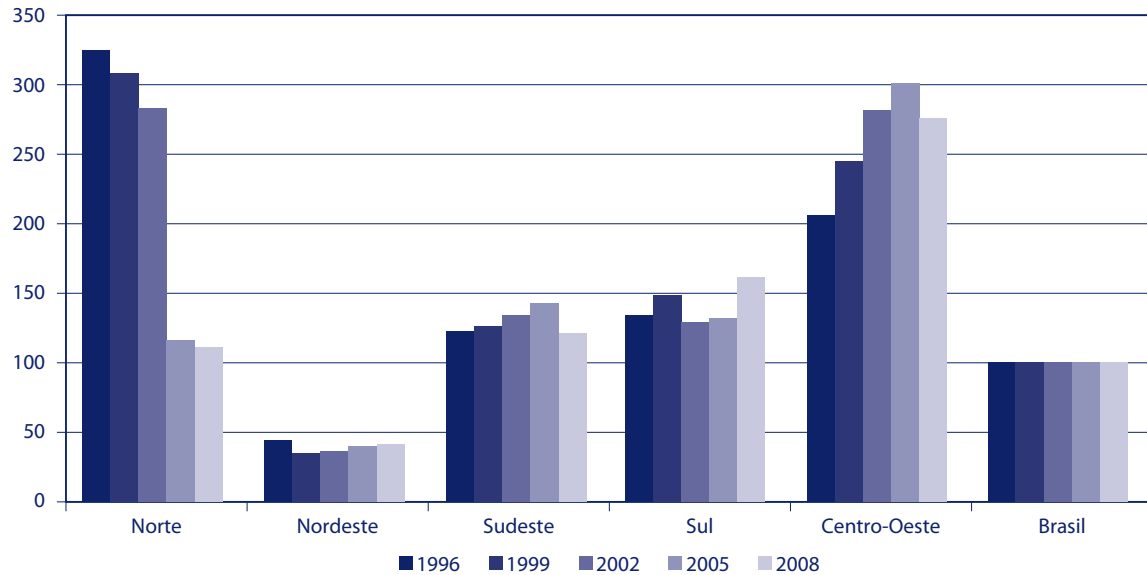


Fonte: IBGE/Contas Regionais; Pnad.

O gráfico 9 mostra a produtividade das grandes regiões do Brasil entre 1996 e 2008 para a atividade agropecuária, em que se verifica a profunda desigualdade que se apresenta para a Região Nordeste, que tem uma produtividade que é menos que a metade da do Brasil, enquanto a do Centro-Oeste supera a média nacional em 150%. A estrutura fundiária e a agricultura voltada à exportação explicam boa parte dessa heterogeneidade: enquanto no Nordeste prevalece a agricultura familiar, o minifúndio de baixa incorporação tecnológica e a produção de alimentos voltada ao mercado local e à subsistência; na Região Centro-Oeste, a plantação em larga escala, a pecuária extensiva (ambas poupadoras de mão de obra) e a produção de alimentos para exportação elevam os padrões de produtividade.

Vale dizer que os índices de produtividade são muito diferentes entre os estados que compõem a Região Norte, já que Amazonas e Pará encontram-se muito abaixo da média regional (9,4 e 6,8, respectivamente, contra uma média de 10,5, em 2008, para o total da região) e os demais estados acima da média. Já para a Região Nordeste, os índices não são tão desiguais, estando acima da média apenas Maranhão e Sergipe. Este mesmo quadro de relativa estabilidade entre as Unidades da Federação também ocorre nas Regiões Sudeste e, sobretudo, Sul. As desigualdades voltam a aparecer no Centro-Oeste, em que a produtividade de Mato Grosso é abundantemente acima da média.

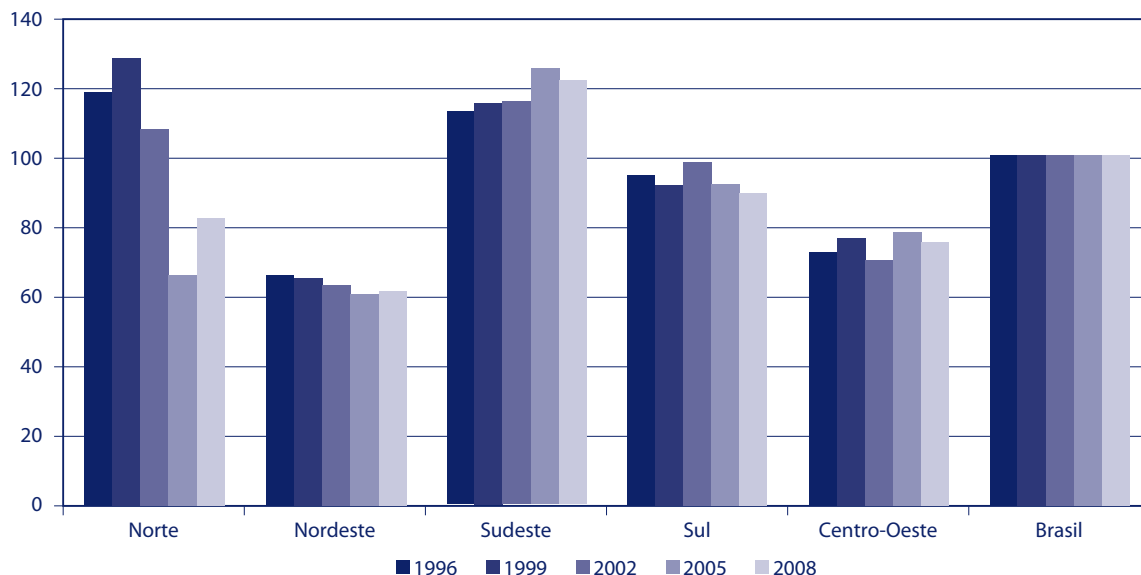
Gráfico 9: Produtividade – agropecuária



Fonte: IBGE/Contas Regionais; Pnad.

A produtividade da indústria é o objeto do gráfico 10, que mostra, à exceção da Região Norte, uma manutenção dos índices de produtividade. No caso do Norte, além de certa precariedade dos dados (sobretudo da Pnad, até 2006), a produtividade é afetada positivamente pela *performance* da indústria eletroeletrônica e das montadoras de motocicletas de Manaus (enquanto a média do índice de produtividade da região é de 35,0 mil/R\$/trabalhador/ano, no Amazonas ela chega a 65,1). Ainda assim, persiste a heterogeneidade entre as Regiões Sudeste e Sul e o Nordeste, cuja relação é de aproximadamente 1:2.

Gráfico 10: Produtividade – indústria



Fonte: IBGE/Contas Regionais; Pnad.

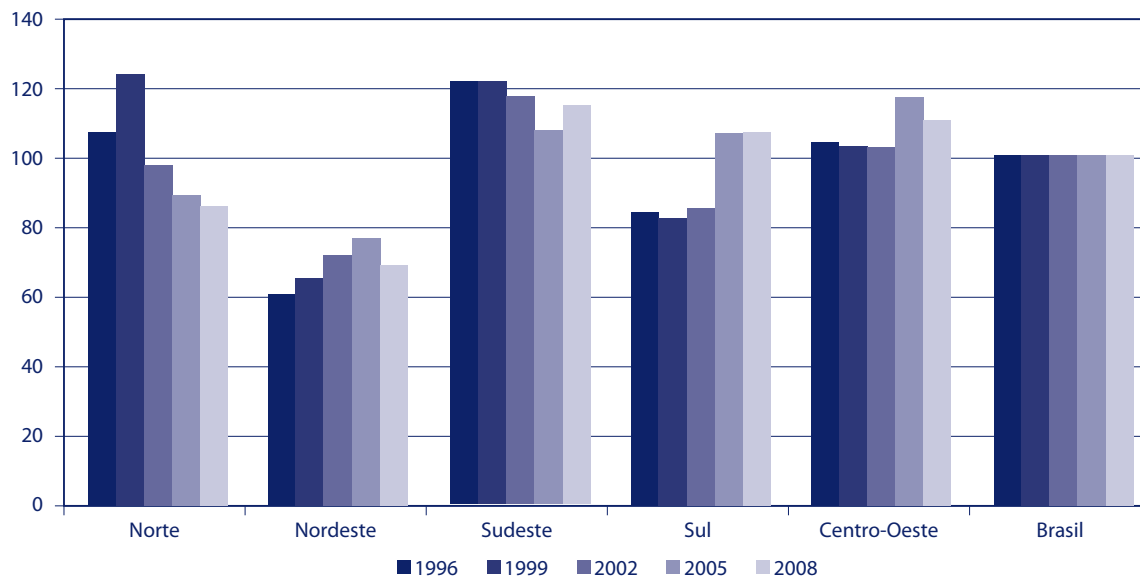
Na Região Nordeste, destacam-se a Bahia e o Sergipe, que apresentam índices acima da média regional, refletindo a importância da indústria ligada ao petróleo, que é a dominante nos dois estados. Isso se repete na Região Sudeste, com relação aos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, também dependentes fortemente da indústria do petróleo. Enquanto na Região Sul há certa uniformidade, na Região Centro-Oeste o Distrito Federal se destaca, sobretudo, pela força de sua indústria gráfica.<sup>5</sup>

O gráfico 11 apresenta a evolução da produtividade entre 1996 e 2008 para o comércio. É uma atividade mais desconcentrada, mas com expressivos diferenciais de produtividade, estando a Região Sudeste quase 20% acima da média nacional, enquanto a Região Nordeste apresenta produtividade cerca de 35% menor que a média. A Região Norte, como sempre, apresenta grande variabilidade, devido especialmente à pequena monta da atividade e também à pequena amostra da Pnad até 2006. A grande participação da Região Centro-Oeste se deve à expressiva produtividade apresentada pelo Distrito Federal.

Os elevados índices das Regiões Sudeste, Sul e do Distrito Federal se devem à maior renda encontrada nessas regiões e à concentração de comércio atacadista (especialmente São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal).

5 Vale lembrar que as análises aqui contidas foram feitas utilizando-se a Cnae (Classificação Nacional da Atividade Econômica) 1.1. Esta mesma análise, utilizando-se a nova versão da Cnae (a 2.0), que será utilizada para a mudança de base do Sistema de Contas Nacionais, traria resultados bem diferentes, já que a editoração, contida na indústria, na Cnae 1.1 encontra-se em serviços, na Cnae 2.0, afetando a participação industrial do DF.

Gráfico 11: Produtividade – comércio

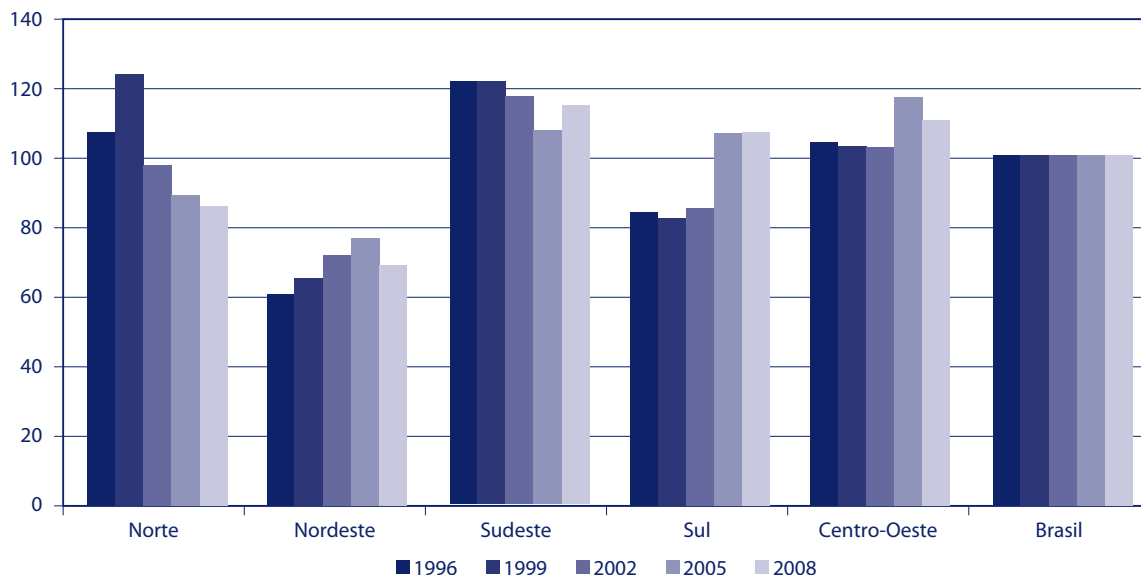


Fonte: IBGE/Contas Regionais; Pnad.

No gráfico 12, encontra-se a evolução da produtividade do setor da indústria de construção, no qual se pode verificar tendência semelhante à do setor comercial: grande variabilidade na Região Norte (onde, além das observações anteriores, deve-se ressaltar a participação de Tocantins, que teve sua capital construída no período), a baixa produtividade na Região Nordeste (metade daquela da Região Sudeste) e a produtividade da Região Sudeste cerca de 20% superior à média nacional.

Embora a Região Centro-Oeste tenha produtividade próxima à da média nacional, a do Distrito Federal, vista isoladamente, é a maior das Unidades Federativas do país, em especial devido ao crescimento explosivo de suas cidades-satélites no período considerado e à forte valorização de seus imóveis.

Gráfico 12: Produtividade – construção

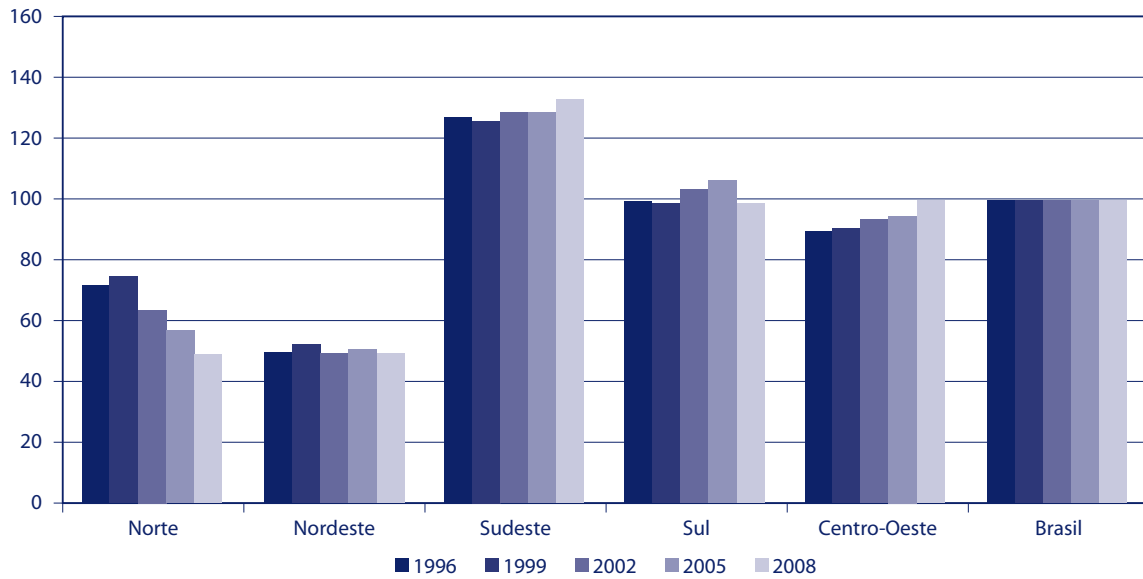


Fonte: IBGE/Contas Regionais; Pnad.

A evolução dos índices de produtividade do setor de serviços está apresentada no gráfico 13, e dela pode-se verificar a extrema disparidade deles com a Região Sudeste, tendo um índice mais de 20% acima da média nacional e as Regiões Norte e Nordeste com menos da metade da média nacional, em 2008. A produtividade da Região Centro-Oeste, que é mostrada como semelhante à média nacional, nesse gráfico é fortemente influenciada pela produtividade do setor no Distrito Federal, de longe a maior do país (R\$ 74 mil/pessoa ocupada/ano, maior até que os 58,2 do estado de São Paulo).

Embora a disparidade de produtividade seja aparentemente surpreendente, uma vez que os serviços deveriam se distribuir entre as famílias, e com produtividades semelhantes, na verdade é a estrutura recente do setor que provoca essa disparidade e que aumenta ao longo do período. Ocorre que, nos centros mais desenvolvidos, os serviços dominantes (em termos de valor adicionado) são aqueles prestados às empresas e guardam forte correlação com a atividade econômica em geral e com a indústria em particular. São serviços de alta intensidade de capital, como nas empresas de telecomunicações, ou serviços de informática, e de relativamente pequeno pessoal ocupado. Isso faz que a produtividade desse setor aumente nas regiões em que há integração desse setor com as demais atividades, e os serviços prestados às empresas são os que mais adicionam valor. Em contrapartida, nas regiões em que a atividade econômica é escassa, os serviços prestados às famílias preponderam na estrutura do setor, e com isso a produtividade é menor.

Gráfico 13: Produtividade – serviços



Fonte: IBGE/Contas Regionais; Pnad.

## CONCLUSÃO

Buscou-se mostrar, nesta breve análise, que há heterogeneidade entre as regiões brasileiras, medida pela produtividade. Várias são as causas dessa diferenciação, como a estrutura produtiva das regiões: naquelas em que há atividades intensivas em capital, a produtividade tende a ser maior que naquelas em que há atividades intensivas em mão de obra. Uma região com atividade industrial cujo principal segmento seja o refino de petróleo tende a possuir maior produtividade que um que tenha, por exemplo, sua força na atividade comercial varejista.

Os dados apresentam, contudo, duas características das quais se chama atenção, em consonância com a teoria da heterogeneidade estrutural: a escala da diferenciação e a sua manutenção ao longo do tempo. No primeiro caso, é de se notar que os diferenciais de produtividade total chegam, em 2008, a mais de duas vezes e meia entre a maior e a menor – 36 para o Sudeste e 14,2 para o Nordeste.

Se essa característica pode ser atribuída à estrutura produtiva de cada região (como se pode notar nos dados apresentados na primeira parte deste arrazoado), como se poderia explicar que os diferenciais se mantêm e, em certos casos, ainda aumentam de intensidade, se analisados os mesmos setores de atividade nas diversas regiões?

No caso da agricultura, é flagrante a diferença entre as Regiões Centro-Oeste e Nordeste: a primeira tem índices de produtividade que chegam a seis vezes e meia. É certo que a atividade agropecuária do Centro-Oeste se baseia na agricultura intensiva em capital e com a pecuária extensiva, ocupando grandes extensões e com relativamente pequena mão de obra, enquanto no Nordeste predominam a pequena propriedade e a agricultura familiar, muito intensivas em mão de obra (quase 40% da população economicamente ativa – PEA agrícola encontra-se nessa região), ainda mais se levando em conta que os dados de pessoal ocupado englobam os empregos formais e os informais.

Se a intensividade da Região Centro-Oeste é muito alta, se comparada às demais, também surpreende que a produtividade nesse setor de atividade das demais regiões seja, pelo menos, 2,6 vezes a nordestina (pegando-se a menor delas, Região Norte). Uma política que pudesse aportar tecnologia à produção de alimentos na agricultura familiar poderia, com um número equivalente de pessoas ocupadas, aumentar a renda da atividade, aproximando-a das demais regiões.

No que se refere à indústria, seria de se esperar que esses diferenciais fossem bastante reduzidos, dada a característica da atividade, que tem baixa informalidade quanto à mão de obra e é naturalmente mais intensiva em capital que as demais. Mesmo assim, o índice de produtividade da Região Sudeste é o dobro daquele da Região Nordeste.

Enquanto os setores de construção e comércio apresentam mais semelhanças que diferenças quanto aos indicadores de produtividade (a natureza dos setores praticamente impõe essa semelhança), no setor de serviços a diferenciação volta a se acentuar. Embora o setor pudesse ser considerado pouco diferenciado, da mesma forma que os anteriores, os dados mostram grande amplitude, dado que o índice da Região Sudeste é 2,8 vezes o das Regiões Norte e Nordeste.

Uma explicação possível para essa grande diferença reside na estruturação desse setor, no qual os serviços prestados às empresas têm maior participação no valor adicionado, em detrimento do segmento de serviços prestados às famílias. A integração dos serviços, na Região Sudeste com as demais atividades econômicas, supera abundantemente o segmento dos serviços prestados às famílias: são os serviços de transporte, de telecomunicações, o sistema financeiro e os serviços prestados às empresas – sejam os técnicos, sejam os auxiliares.

Nas Regiões Norte e Nordeste, nas quais não há essa integração com a mesma intensidade, os serviços prestados às famílias ganham maior participação, sendo mais intensivos em trabalho que em capital, eles apresentam menor produtividade.

A segunda característica a ser ressaltada nesta análise é sobre a manutenção dos diferenciais de produtividade ao longo do tempo, o que denotaria que ela seria estrutural. Analisar os gráficos de 8 a 13 permite que se constate que, ao longo do período analisado (1996-2008), que os diferenciais de produtividade mantêm uma preocupante estabilidade, com as Regiões Sudeste e em seguida Sul e Centro-Oeste, possuindo em geral índices substancialmente maiores que os das Regiões Norte e Nordeste. As alterações dos índices ao longo do período são mínimas, e as que ocorrem, como na Região Norte, mais colocam em dúvida os dados da Pnad até 2006 (decorrência da amostra dessa pesquisa na região) do que alteração nos padrões de produtividade.

Duas observações devem se feitas, para concluir esta análise: primeiramente, deve-se ter em mente que ela é preliminar e de caráter geral, devendo ser ampliada para que os setores sejam desagregados, na medida do possível, para que se encontrem mais nexos que permitam afirmar que há heterogeneidade entre as regiões, e que ela é estrutural.

Finalmente, em se constatando que a diferença de produtividade entre as regiões configura um quadro de heterogeneidade estrutural, deve-se caminhar para o estabelecimento de políticas públicas que levem esse fenômeno em consideração, de forma que permitam às regiões com menores índices que, ao menos,

diminuem a distância dos padrões de produtividade das mais produtivas. Dada a persistência, ao longo do período analisado, dos profundos diferenciais, não parece crível que eles sejam superados sem que políticas específicas para tanto sejam elaboradas.

## REFERÊNCIA

PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL. *Progreso técnico y cambio estructural em América Latina*. Santiago, Chile: Naciones Unidas, 2007.

IBGE. *Contas Regionais 1996-2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>.

\_\_\_\_\_. *Pnad 1996-2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>.







NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

ipea